# Clareza de objetivos

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
*Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)*

Nos anos noventa do século passado, o comando das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, conhecidas pela sigla FARC, alcançou o momento limite na decisão de seu futuro político. Suas tropas controlavam praticamente todo o território do país, com exceção da capital e das grandes cidades. Se decidisse marchar contra Bogotá, teria chances de derrubar o governo e montar uma nova administração, orientada pelos princípios do socialismo e com abertura para o livre trânsito da cocaína.

Mas formar governo é assunto muito complexo. Seria necessário estabelecer relações diplomáticas com outros países, participar de reuniões internacionais, definir metas de crescimento, controlar inflação, distribuir justiça, entre outros requisitos. Melhor continuar só com a guerrilha. Foi o que aconteceu. Recentemente, parte dos guerrilheiros decidiu criar um partido político e disputar eleições. A outra metade continuou sua luta no sul do país, ganhando dinheiro com a exportação de cocaína, atividade que perdeu sua conotação político-partidária. O jogo ficou claro.

O governo do presidente Bolsonaro poderia olhar para o exemplo colombiano. Se o grupo Bolsonaro&filhos não tivesse chegado à presidência da República, estaria hoje operando livremente suas atividades na Assembleia Legislativa do Rio, talvez na Câmara Federal e no Senado Federal sem dificuldade nem vigilância da imprensa. A intimidade com a milícia na Zona Oeste do Rio de Janeiro continuaria discreta, e o convívio da família com matadores profissionais não seria percebido. A presença de Jair, o grande chefe, no Palácio do Planalto, em Brasília, complicou a vida de todo o grupo. O exercício da política os colocou na vitrine.

A falta de experiência política determina a tragédia diária. O presidente não compreende que ele tem o poder, mas não dispõe de todo o poder. Pode muito, mas não pode tudo. O diagnóstico produzido pelos filhos não é suficiente para explicar a realidade. Colocou gente sua em diversos órgãos do governo federal, a maioria militares. Eles, contudo, não são políticos nem comungam com a mesma ideologia exótica do chefe do governo brasileiro. Eles apenas desfrutam a oportunidade de ganhar um pouco mais no final do mês. Nada além disso.

No período em que os generais estiveram no poder, entre 1964 e 1985, surgiu nos Estados Unidos um grupo de professores chamados de brazilianists, que estudou a história do Brasil e a presença dos militares nos principais eventos. Alfred Stepan e Thomas Skidmore fizeram belos trabalhos para explicar como funcionou o sistema militar, em que o presidente tinha mandato definido e era substituído ao final. Não havia reeleição. Um dos melhores trabalhos desta época é *Soldados da Pátria, história do Exército brasileiro de 1889-1937,* Frank McCann, Cia. das Letras. Infelizmente, McCann faleceu semana passada. É uma pesquisa de fôlego no qual o autor demonstra a preocupação dos militares em modernizar a força, mas antes ser necessário modernizar o país. Isso começa pelos tenentes de 1922 e 1924, passa pela Coluna Prestes e caminha pela história até chegar a 1964. O rompimento dos ditames constitucionais acontece em nome da preservação da ordem que proporciona o progresso.

Não há na história do Brasil um militar que tenha se transformado em pai da Pátria, protetor dos pobres ou supremo comandante, como ocorreu em vários países vizinhos. O fenômeno Hugo Chávez destruiu um bom exemplo de democracia que existia na Venezuela por meio de um acordo político chamado de Punto Fijo, semelhante ao Pacto de Moncloa, realizado na Espanha. Nos dois casos, em defesa das liberdades democráticas. Chávez, ao contrário, trucidou adversários, acabou com a liberdade e morreu. Entregou o poder a um motorista de ônibus que foi mais longe, controlou militares por meio de benefícios e transformou o país numa espécie de santuário para traficantes de drogas. Dinheiro para os protegidos do sistema não é problema na Venezuela. Nunca houve nada parecido no Brasil.

Talvez seja pedir muito que algum dos Bolsonaro leia um livro ou se oriente com quem conhece a história política brasileira. Mas é necessário entender que o Brasil é maior que suas pequenas abstrações. Golpe de estado é assunto para profissionais da política ou para quem efetivamente tem a força do fuzil e apoio de importantes segmentos civis da sociedade nacional. Salvo melhor juízo, ele não dispõe nem do perfil nem do suporte indispensáveis para um movimento dessa importância no Brasil. O que vai além disso é delírio.

# Funpresp: novo regulamento, proteção reforçada

» CÍCERO DIAS
*Professor universitário da UFPE e diretor de Seguridade da Funpresp-Exe*

» RICARDO PENA
*Auditor fiscal da RFB/ME e diretor-presidente da Funpresp-Exe*

A Funpresp completou oito anos e já ultrapassa a marca de 101 mil adesões, tem R$ 4 bilhões em patrimônio financeiro e rentabilidade acumulada de 130,75%. Mais do que mostrar números, o dever da Funpresp é ser presença constante na vida do servidor: desde a posse até a aposentadoria. Nesse meio tempo, infelizmente, podem ocorrer infortúnios, como a necessidade de uma aposentadoria por invalidez ou mesmo de pensão por morte.

Em novembro de 2019, a Reforma da Previdência (EC nº 103) trouxe alterações na elegibilidade e na regra de cálculo da previdência oficial dos servidores públicos federais, reduzindo os valores dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte pagas pela União.

O cálculo dos benefícios de risco da Funpresp (aposentadoria por invalidez e pensão por morte), concedidos de maneira complementar à Previdência oficial, eram vinculados ao valor pago pelo RPPS. Se não houvesse alteração nos regulamentos, caberia ao plano pagar a diferença do valor que foi reduzido pela União nos benefícios não programados, o que implicaria numa necessidade de aumento do valor da contribuição ao FCBE, o fundo coletivo que custeia a aposentadoria por invalidez, a pensão por morte e o benefício vitalício de sobrevivência na Funpresp, acarretando menor percentual destinado para a reserva previdenciária na conta individual de cada participante.

A Funpresp propôs, então, adaptações da forma de cálculo dos benefícios de risco da Fundação para desvinculá-la do valor do cálculo da União. Assim, não há mais a necessidade de aumentar a parcela da contribuição mensal destinada ao FCBE, mantendo o valor da aposentadoria programada intacto. O valor do benefício não programado da Funpresp também se mantém no patamar anterior à Reforma da Previdência. Entretanto, o servidor vai perceber, pela EC 103 de 2019, o impacto na redução da parcela a ser paga pela União no RPPS. Para contornar essa situação, ele pode contratar uma cobertura adicional na Funpresp, de valor consideravelmente menor do que os praticados pelo mercado, para cobrir a redução causada pela Reforma.

Outro ajuste necessário à nova realidade da EC nº 103 foi em relação à unificação em 25 anos do tempo de contribuição para servidores em condições especiais de aposentadoria (mulheres, policiais, professores do ensino infantil, fundamental e médio, e demais servidores em atividade de riscos). A unificação fez com que o Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal deixasse de ter finalidade, uma vez que ele existia para compensar o tempo de contribuição diferenciado, extinto com a Reforma. O benefício está garantido para aqueles que já têm direito adquirido. Os demais participantes que contribuíam com esse Aporte e não possuíam condições especiais terão a devolução acumulada dos valores nesses oitos anos e para todos um percentual maior da contribuição mensal destinado à sua conta individual.

A Funpresp também facilitou o acesso à reserva e deixou os planos mais flexíveis. Agora é possível sacar antes da aposentadoria o investimento realizado por meio de portabilidade ou contribuição facultativa, ambas livres de taxas, o que permite ao servidor investir na Funpresp não apenas para o longo prazo, mas também para fazer uma viagem, comprar um carro, pagar os estudos dos filhos. Também é possível agora sacar todas as contribuições do participante no ato da aposentadoria, suspender o plano por até 36 meses, e a alternativa de portar, sem prazo de carência, os recursos acumulados na Funpresp para outra Entidade, em caso de quebra de vínculo com o serviço público. Com essas novas, características o novo Regulamento da Funpresp se iguala aos planos de previdência oferecidos por bancos e seguradoras.

O novo regulamento só foi possível pela forte governança, transparência e sinergia entre as áreas técnicas, que prontamente identificaram os potenciais riscos e propuseram soluções eficientes que passaram por profundas discussões nos órgãos colegiados da Fundação: na Diretoria Executiva, nos Comitês de Assessoramento Técnicos dos Planos e, por fim, no Conselho Deliberativo. Para compor esses colegiados é preciso ser participante do plano há pelo menos três anos e não ter vínculo político-partidário. A proposta também foi examinada pelos patrocinadores e, em seguida, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no dia 19 de março. Agora, ele já está valendo e pronto para proporcionar uma Funpresp ainda mais competitiva aos seus participantes.

## Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

# Em tempos de pandemia, faça arte

Mario Pedrosa, um dos mais importantes críticos de arte do país, sentenciou: "A atividade artística é uma coisa que não depende, pois, de leis estratificadas, frutos da experiência de apenas uma época na história da evolução da arte. Essa atividade se estende a todos os seres humanos, e não é mais ocupação exclusiva de uma confraria especializada que exige diploma para nela se ter acesso. A vontade de arte se manifesta em qualquer homem de nossa terra, independentemente do seu meridiano, seja ele papua ou cafuzo, brasileiro ou russo, negro ou amarelo, letrado ou iletrado, equilibrado ou desequilibrado."

O texto acima foi escrito em 1947, por ocasião da primeira exposição de pintura dos pacientes do Hospital (manicômio) de Engenho de Dentro, trabalho então coordenado pela renomada médica psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999), introdutora, no Brasil, de um método revolucionário de tratamento humanizador para a esquizofrenia por meio da arte. Somente quem conviveu ou convive com pessoas com quadro dessa doença mental, sabe o que significa e qual a importância que tratamentos realizados sem agressividade, como eram feitos no passado com eletrochoques, insulinoterapia ou lobotomia, tem na vida desses pacientes e dos familiares em volta.

O senso comum ensina que distúrbios mentais que atingem familiares próximos causam mais doenças em decorrência do excessivo estresse nas pessoas ao redor do que nos próprios pacientes. A dedicação intensa ao longo de toda a vida à psiquiatria fez dela uma das heroínas do Brasil, principalmente quando provou que o trabalho e a interação com as artes e com os animais domésticos tinham um valor terapêutico poderoso, até então desconhecido.

Em 1946, Nise fundou a Seção de Terapêutica Ocupacional (Stor), onde montou ateliês de pintura e modelagem com o objetivo de, por meio da expressão simbólica e da criatividade, os internos conseguissem, de alguma forma, reatar os laços com a realidade. A importância de seu trabalho foi reconhecido em todo mundo por especialistas nessa área, inclusive pelo próprio Carl G. Jung , com quem manteve um longo relacionamento por cartas por mais de uma década.

No ateliê, conta o ex-aluno Bernardo Horta, houve uma explosão de pinturas, desenhos e esculturas que Nise e sua equipe não esperavam. Nise, que já lia Jung, percebeu aquilo que o psicanalista afirmava: se, para o neurótico — o que seria todos nós, segundo Freud — o tratamento é por meio da palavra, ou seja, a psicanálise, para o esquizofrênico, segundo Jung, a palavra não dá conta. Para esse paciente, o tratamento deveria ser pela "imagem". Ao divã e a palavra, preferidos por Freud, Nise optou pela expressão plástica como método terapêutico conforme recomendava Jung, o que a levou a buscar um tratamento de fato para os pacientes e não simplesmente estudá-los.

Com isso, afirmam seus biógrafos, Nise aprofundou o trabalho e as ideias de Jung, levando esses novos conceitos de tratamento muito além. Não surpreende que um trabalho tão fecundo tenha, ainda hoje, desdobramentos e muito vigor. O Instituto Nise da Silveira convocou uma série de grafiteiros para decorar os muros da instituição, transformando o local numa galeria a céu aberto, com dezenas de painéis retratando pessoas que deram contribuição à chamada arteterapia, de forma que o hospital passe a ser visto como parte integrante da cidade.

Caso estivesse viva hoje, nesses tempos de pandemia, por certo Nise da Silveira, com a experiência que vivenciara durante a epidemia de gripe espanhola (1918-1920) e de posse de todo o conhecimento que acumulara na área de psiquiatria, teria um imenso campo pela frente para trabalhar as neuroses que a atual geração vem experimentando há mais de um ano. Embora se saiba que essa pandemia é, em última análise, um problema do mundo atual, com toda a complexidade de nosso tempo, a mudança de costumes e de paradigmas em si não são capazes de alterar, em profundidade, as características da mente humana. Os complexos e as neuroses humanas de ontem são, no seu íntimo, as mesmas manifestadas hoje em dia.

A pandemia tem afetado a saúde mental de crianças e jovens, além dos adultos, afirmou Guilherme Polanczyk, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em reportagem da Agência Brasil. Segundo o psiquiatra, a situação de estresse nas crianças pode ser negligenciada, já que são menos infectadas e o sofrimento pode passar desapercebido.

No Senado, deve ser votado nesta semana o projeto que cria no SUS um programa específico para acolhimento de pessoas com sofrimento emocional causado pelo isolamento social. Com relatoria do senador e médico Humberto Costa, o projeto é do senador Acir Gurgacz. Os parlamentares receberam o aval do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco que incluiu a pauta na próxima sessão deliberativa.

### A frase que foi pronunciada

"É tempo de tormenta
e vento esquiva".

**Camões**

### História de Brasília

*Resultou em inquérito, determinado pelo Conselho de Ministros, uma nota desta coluna sobre altos funcionários do Ministério da Fazenda que vivem no Rio, recebem "dobradinha" e mantêm apartamentos fechados em Brasília.* ***(Publicada em 30.01.1962)***